

Artigo

A geopolítica anticolonial na transescalaridade da luta indígena

Rafael Zilio

Resumo

18

O artigo analisa a transescalaridade da luta indígena pela consideração de que as estratégias e táticas espaciais com objetivos políticos empregadas pelo movimento dos povos originários, a partir do Brasil, são exemplos do que chamamos de geopolítica anticolonial, promovida por indígenas. Na primeira parte oferecemos um levantamento bibliográfico crítico da literatura sobre geopolítica, identificando duas perspectivas: a geopolítica estadocêntrica e a estadocrítica (sendo a geopolítica anticolonial uma vertente desta última). Posteriormente, analisamos a política de escalas do movimento indígena do Brasil com destaque para a região do Baixo Tapajós (Pará) e a teia multiescalar de organizações indígenas das aldeias à APIB (“nacional”) e à COICA (“transnacional” da Bacia Amazônica). Destacamos viagens e intervenções de ativistas indígenas brasileiros em fóruns e outras instâncias de alcance global, assim como as evidências de “retorno” dessa publicização transestatal para a luta nos territórios ancestrais. Em seguida, debatemos como a questão ambiental se mostra catalisadora da transescalaridade da luta indígena mencionando os limites da abordagem de uma política ambiental “liberal-adaptativa” e as possibilidades (e necessidades) de ruptura epistêmica e política, nos apoiando na ideia da dupla fratura da modernidade (colonial e ambiental). Finalizamos resgatando os principais pontos levantados no texto colocando as potencialidades de se abordar a geopolítica promovida pelos povos indígenas como uma geopolítica anticolonial e, ao constatarmos a questão ambiental como central da luta pelos territórios ancestrais, propomos tomá-la como uma “ecogeopolítica indígena”.

Palavras-chave: Geopolítica; Movimento indígena; Política de escalas; Baixo Tapajós.

Anticolonial geopolitics in the trans-scalarity of the indigenous struggle

Abstract

The paper analyzes the trans-scalarity of the indigenous struggles on the basis of the idea that spatial strategies and tactics with political goals of the Brazil's indigenous people's movement are an example of what we call the anticolonial geopolitics promoted by indigenous peoples. In the first part, we offer a critical bibliographic survey of the literature on geopolitics, in whose context we identify two perspectives: state-centric and state-critical geopolitics (anticolonial geopolitics being a strand of the latter). Afterwards, we analyze the politics of scale of the indigenous movement in Brazil, emphasizing on the Lower Tapajós river region, in the state of Pará, and the multi-scalar web of indigenous organizations, from village to APIB ("national") to COICA ("transnational" in relation to the Amazon Watershed). We have highlighted trips and interventions by Brazilian indigenous activists in forums and other instances of global reach and the evidence of "return" of this trans-statal publicity for the struggle in ancestral territories. After that, we have discussed how the environmental issue acts as a catalyst for the trans-scalarity of the indigenous struggle, examining the limits of a "liberal-adaptative" environmental policy approach as well as the possibilities (and necessities) of epistemic and political rupture, supporting us in the idea of a double fracture of modernity (colonial and environmental). We conclude by underlining the main points raised in the text, placing the potential of approaching the geopolitics promoted by indigenous peoples as anticolonial geopolitics; moreover, whenever we see the environmental issue as something central to the struggle for ancestral territories, we propose to take it as an "indigenous ecogeopolitics".

19

Keywords: Geopolitics; Indigenous movement; Politics of scale; Lower Tapajós.

La geopolítica anticolonial en la transescalaridad de la lucha indígena

Resumen

El artículo analiza la transescalaridad de la lucha indígena a través de la consideración de que las estrategias y tácticas espaciales con objetivos políticos empleadas por el movimiento de los pueblos indígenas desde Brasil son un ejemplo de lo que llamamos geopolítica anticolonial, una geopolítica promovida por indígenas. En la primera parte ofrecemos un estudio bibliográfico crítico de la literatura sobre geopolítica identificando dos perspectivas: la geopolítica estado céntrica y la estado crítica (siendo la geopolítica anticolonial un aspecto de esta última). Luego, analizamos la política de escalas del movimiento indígena en Brasil, con énfasis en la región del Bajo Tapajós, Pará, y la web multiescalar de organizaciones indígenas desde la aldea hasta la APIB ("nacional") y la COICA ("transnacional" de la Cuenca Amazónica). Destacamos viajes e intervenciones de activistas indígenas brasileños en foros y otras instancias de alcance global y la evidencia del "regreso" de esta publicidad transestatal a la lucha en territorios ancestrales. Luego,

discutimos cómo la cuestión ambiental es un catalizador de la transescalaridad de la lucha indígena, mencionando los límites del enfoque de una política ambiental “liberal-adaptativa” y las posibilidades (y necesidades) de ruptura epistémica y política apoyándonos en la idea de la doble fractura de la modernidad (colonial y ambiental). Concluimos rescatando los principales puntos planteados en el texto, colocando la potencialidad de abordar la geopolítica impulsada por los pueblos indígenas como una geopolítica anticolonial y, cuando vemos el tema ambiental como central en la lucha por los territorios ancestrales, proponemos tomar como una “ecogeopolítica indígena”.

Palabras clave: Geopolítica; Movimiento indígena; Política de escalas; Bajo Tapajós.

Introdução

Desde os primórdios de seu uso, o termo *geopolítica* não é de fácil definição e tem sido objeto de grandes controvérsias. Contudo, dois elementos permanecem a partir da primeira utilização por Kjéllen (1899): o *Estado* como agente privilegiado ou mesmo único tanto de análise quanto como promotor da geopolítica; e a *escala “internacional”* como escala privilegiada ou mesma única de análise geopolítica. Através desses dois elementos, a dimensão espacial das relações entre Estados (“relações internacionais”) por meio da violência e da guerra, ou da negociação e da diplomacia, é uma ideia que permeia o pensamento geopolítico ao longo das décadas até os dias correntes. O presente texto pretende tensionar essas definições e provocar o debate a respeito da geopolítica enquanto conjunto de estratégias político-espaciais promovida também por agentes subalternizados, movimentos sociais e outros grupos marginalizados na produção sobre geopolítica. Nosso exemplo principal é a transescalaridade da luta indígena e em que medida tal fenômeno pode ser lido como o que chamamos de *geopolítica anticolonial*.

Não é de hoje que o movimento indígena no Brasil tem conquistado espaços “transnacionais” de fala e retorno às suas lutas, mas nas últimas duas décadas tem se intensificado o acesso de ativistas e organizações indígenas brasileiras a fóruns e institucionalidades construídos e em grande parte frequentados apenas pelo *povo da mercadoria* (Kopenawa; Albert, 2015). A multiescalaridade do ativismo indígena pode ser analisada

sob o prisma da *política de escalas*¹, que nós consideramos uma das estratégias empregadas pela *geopolítica promovida pelos povos indígenas*. A geopolítica, sinteticamente por nós compreendida como um *conjunto de estratégias e táticas espaciais multiescalares com objetivos políticos, relacionada em grande medida ao Estado moderno mas nem sempre necessariamente promovida por esta instituição*, é o pano de fundo para colocarmos a discussão central no presente texto: como os povos indígenas têm se mobilizado em diferentes escalas, do local ao “internacional”, e de que maneira a visibilidade e o apoio recebido em instâncias de caráter “internacional” ou global vêm retornando em auxílio à luta pelos territórios ancestrais ao relacionar a demarcação de Terras Indígenas com a questão ambiental. Derivado de tal discussão, apresentamos como objetivo evidenciar a importância da política de escalas na luta dos povos indígenas situados no Brasil como uma estratégia de *geopolítica anticolonial*, variante do que entendemos por *geopolítica estadocrítica* em contraposição a uma *geopolítica estadocêntrica*, que detalharemos adiante.

Desde já destacamos a utilização do termo “internacional” entre aspas por rigorosamente as relações entre Estados se tratar de *relações interestatais* onde a empiria nos mostra que o projeto de “Estado-nação” da modernidade fracassou: existem Estados com muitas nações e muitas nações sem Estado equivalente, além de povos que não almejam a construção de um aparelho de Estado. Logo, a *escala interestatal* corresponde às relações entre Estados e a *escala transestatal* remete ao atravessamento de fronteiras estatais por agentes diversos, desde grandes corporações privadas até movimentos sociais emancipatórios.

Como procedimentos metodológicos adotamos: levantamento bibliográfico sobre temas pertinentes aos objetivos do texto como geopolítica, movimento indígena e políticas ambientais globais; levantamento de dados sobre ativistas e organizações do movimento indígena no Brasil acessando fóruns internacionais com recorte temporal entre

¹ Sobre política de escalas ver Marston (2000), Leitner (2004) e Souza (2013, capítulo 8).

janeiro de 2004 a julho 2023;² entrevistas com ativistas indígenas baseados no Baixo Tapajós, estado do Pará, que acessam tais redes / circuitos de ativismo transestatal; análise e correlação entre falas de ativistas em fóruns internacionais; espacialização e elaboração de mapas sobre a política de escalas do movimento indígena brasileiro nas escalas América do Sul e Mundo; e elaboração de quadros e esquema gráfico para auxiliar, junto aos mapas, na explanação dos resultados.

1. Da geopolítica estadocêntrica à geopolítica anticolonial

Através de um levantamento bibliográfico sobre geopolítica a partir da Geografia, mas não se restringindo a esse campo do conhecimento, examinamos parte da produção brasileira, da produção *hispanohablante* latinoamericana e da literatura em língua inglesa, com foco na abordagem do Estado. Após, analisamos de que maneira a obra trata do Estado e se considera outros agentes no contexto geopolítico abordado, como corporações privadas ou mesmo movimentos sociais. A seguir, pudemos constatar que a produção sobre geopolítica pode ser entendida através de duas perspectivas: *geopolítica estadocêntrica* e *geopolítica estadocrítica* e, dentro desta última, identificamos uma vertente que chamamos de *geopolítica anticolonial*.

A geopolítica, como já mencionado, tem historicamente as ações do Estado como objeto central ou mesmo único de análise. Agnew (2002, p. 13 e 17) afirma ter sido a geopolítica intimamente atrelada ao imperialismo expansionista dos grandes Estados, basicamente um reflexo das elites de cada país, tentando homogeneizar uma suposta “vontade nacional”. O Dicionário de Geografia Humana (Gregory *et al.*, 2009, p. 300-302) nos informa que as “geopolíticas clássicas” consistiram na produção de militares e acadêmicos de perspectiva militar sobre as disputas e os expansionismos imperiais, e as

² Recorte temporal definido a partir da mobilização pela construção da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da disponibilidade de dados coletados junto às organizações APIB, CIMi, COIAB, CITA e ISA, cujas siglas são explicadas ao longo do artigo.

relações internacionais durante as duas Grandes Guerras. No Brasil, ao invés de produzir um pensamento geopolítico original, o que houve foi majoritariamente uma tentativa de adaptação de teorias dos países centrais, notadamente Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, à realidade brasileira, ainda que muitas das questões geopolíticas brasileiras de meados do século XX tenham tido foco “doméstico”, em escalas internas ao Estado (Costa, 1992), como as preocupações em torno da integração do território.

A partir da década de 1960 nos países centrais, principalmente na literatura acadêmica de línguas inglesa e francesa, encontramos uma mudança de escopo na abordagem de temas e modos de se pensar a geopolítica. Essa abordagem foi chamada de “geopolítica crítica” (*critical geopolitics*) que, apesar de nova roupagem, manteve velhas tradições, como a primazia da escala “internacional” e a centralidade do papel do Estado nas chamadas questões geopolíticas. Nesse sentido, consideramos um espectro que vai da geopolítica restrita ao Estado, muitas vezes a serviço do Estado e que não raro sequer cogita outro agente social ou instituição no pensar e no fazer geopolíticos, até a geopolítica crítica ao Estado, que admite múltiplos agentes e instituições e mesmo propõe uma geopolítica promovida por agentes subalternizados, ou uma geopolítica dos “de baixo”.

A *geopolítica estadocêntrica* tem por características a análise centrada no Estado (com exceção a algumas instituições interestatais e corporações transestatais), a compreensão de que a geopolítica é promovida apenas ou basicamente pelo Estado e, em geral, a adoção de uma perspectiva política conservadora ou liberal. Entre os exemplos mais importantes destacamos, em ordem cronológica, Kjéllen (1899), Mackinder (1904), Haushofer (1923, 1941), Spykman (1942), Backheuser (1926, 1933 e 1952), Travassos (1938), Couto e Silva (1967), Meira Mattos (1975, 1980), Costa (1992), Vesentini (1997, 2000), Castro (2005), Giudice e Toledo Jr. (2007), Girault (2010), Cigolini (2012), e Kissinger (2014).

Já a *geopolítica estadocrítica* analisa o Estado numa perspectiva crítica de sua atuação, englobando outros agentes como grandes corporações privadas, Organizações

Não-Governamentais (ONGs) e, em alguns casos, organizações de movimentos sociais. Uma tentativa de “virada” na concepção de geopolítica realizada nos países centrais do capitalismo, contrapondo-se à “geopolítica da guerra” que imperou do final do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, se deu a partir da década de 1960 do século XX, quando alguns autores propuseram a *critical geopolitics*. Encontramos já em Jean Gottmann (1952 e 1961) tal expressão, mas será apenas após a década de 1960 que geógrafos renovarão e ampliarão o escopo da geopolítica, a exemplo das obras de Cohen (1973), Lacoste (1976) e O’Loughin (1986).

Não podemos deixar de mencionar o pioneirismo de Josué de Castro (1946 e 1951) que no Brasil já adotava uma perspectiva que podemos chamar de estadocrítica antes de os anglófonos cunharem a *critical geopolitics*. Anteriormente, como atesta Agnew (2002, p. 83), Élisée Reclus (1906-1909) apresentara um contraponto à concepção estatista e aos geógrafos “geopolíticos” servirem aos interesses do Estado – o geógrafo anarquista francês seria, nesse aspecto, um precursor da geopolítica crítica.

Como resultado do levantamento bibliográfico temos como exemplo de geopolítica estadocrítica, também ordenado cronologicamente, Castro (1946, 1951), Gottmann (1952, 1961), Cohen (1973), Lacoste (1976), Sodré (1976), O’Loughlin (1986), Becker (1988, 1995), Andrade (1989), Nijman (1992), Ó Tuathail e Agnew (1992), Corbridge (1994), Ó Tuathail (1996), Agnew (2002), Horta (2006), Bomfim (2010) e Monteiro (2021).

Uma vertente dessa geopolítica estadocrítica aparece quando considera-se direta ou indiretamente a geopolítica como promovida por movimentos sociais e grupos subalternizados diversos, não diminuindo a importância do Estado, mas tomando-o como instituição colonial e apenas um dos incontáveis modos de se organizar politicamente o espaço. A isso denominamos *geopolítica anticolonial*, onde exemplos de obras são Reclus (1906-1909), Mignolo (2004), Porto-Gonçalves (2005), Maldonado-Torres (2008), Radomsky (2011) e Cruz (2017). Além disso, ideias e experiências concretas também podem ser tomadas como exemplos de geopolítica anticolonial, como o Federalismo na concepção do pensamento libertário (e posto em prática em diversos momentos

históricos como a Revolução Mexicana na primeira década do século XX e a revolução durante a Guerra Civil Espanhola em fins da década de 1930), os (neo)zapatistas no México, e parcela significativa do movimento indígena em Abya Yala/América. Uma sistematização das características e exemplos das perspectivas geopolíticas estadocêntrica e estadocrítica (com sua vertente anticolonial) está expressa no **Quadro 1**.

Quadro 1 – Sistematização das perspectivas geopolíticas estadocêntrica e estadocrítica.

	Características	Exemplos
Geopolítica estadocêntrica	<ul style="list-style-type: none"> - Análise centrada no Estado, com exceção a alguns organismos internacionais e corporações transnacionais; - Estado como “objeto” privilegiado ou mesmo único; - Geopolítica é promovida apenas ou basicamente pelo Estado; - Em geral adota perspectiva política conservadora / liberal. 	Kjéllen (1899), Mackinder (1904), Haushofer (1923, 1941), Spykman (1942), Backheuser (1926, 1933, 1952), Travassos (1938), Couto e Silva (1967), Meira Mattos (1975, 1980), Costa (1992), Vesentini (1997, 2000), Castro (2005), Giudice e Toledo Jr. (2007), Girault (2010), Cigolini (2012), Kissinger (2014).
Geopolítica estadocrítica	<ul style="list-style-type: none"> - Análise sobre o Estado numa perspectiva crítica de sua atuação; - Engloba outros agentes, como grandes corporações privadas e Organizações Não-Governamentais. 	Castro (1946, 1951), Gottmann (1952, 1961), Cohen (1973), Lacoste (1976), Sodré (1976), O’Loughlin (1986), Becker (1988, 1995), Andrade (1989), Nijman (1992), � Tuathail e Agnew (1992), Corbridge (1994), � Tuathail (1996), Agnew (2002), Horta (2006), Ribeiro (2008), Bomfim (2010), Souza (2015, 2019), Monteiro (2021).
Geopolítica anticolonial (Variante da geopolítica estadocrítica)	<ul style="list-style-type: none"> - Considera direta ou indiretamente a geopolítica como promovida por movimentos sociais e grupos subalternizados diversos (“geopolítica dos de baixo”); - Não diminui a importância do Estado, mas o toma como instituição colonial, e apenas um dos incontáveis modos de se organizar politicamente o espaço. 	<p>Autores: Reclus (1906-1909), Mignolo (2004), Porto-Gonçalves (2005), Maldonado-Torres (2008), Radomsky (2011), Cruz (2017).</p> <p>Ideias e experiências: Revolução Mexicana do início do século XX, Federalismo libertário, (neo)zapatistas, parcela significativa do movimento indígena em Abya Yala.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No contexto dessa proposição de leitura sobre geopolítica é que encontramos a política de escalas do movimento indígena. A seguir apresentaremos e discutiremos tal transescalaridade sob a perspectiva da geopolítica anticolonial.

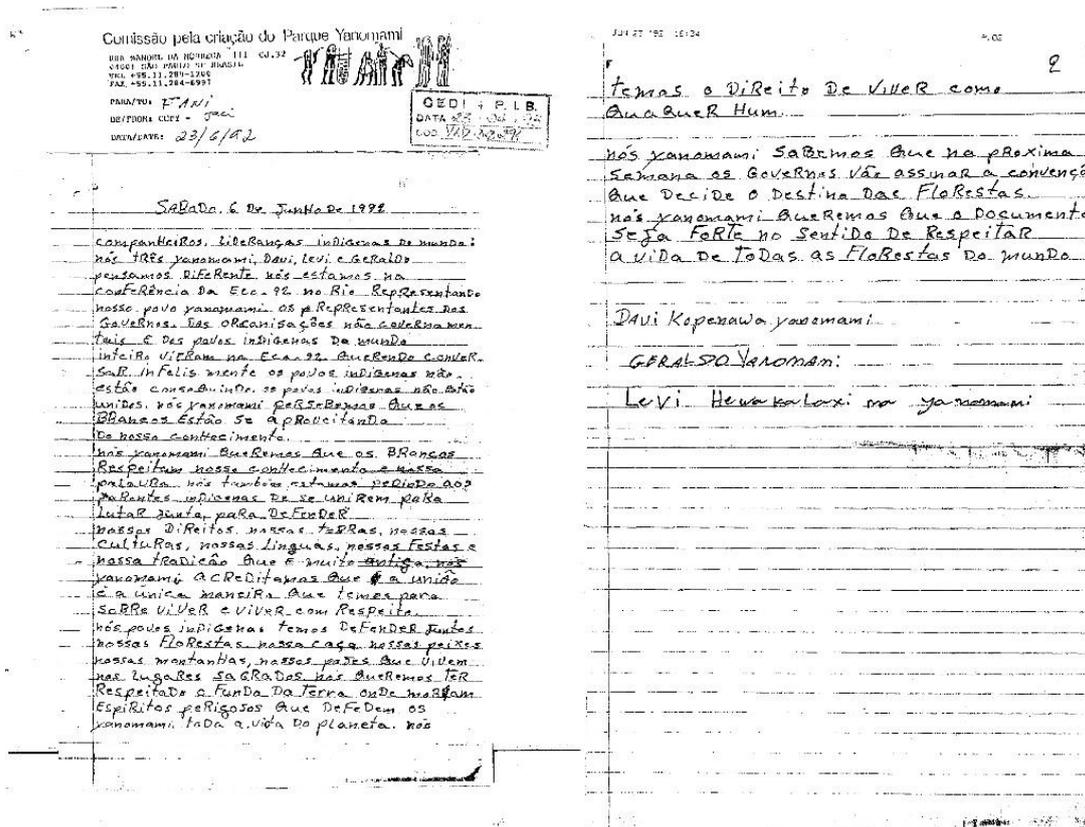
2. Política de escalas na luta dos povos indígenas a partir do Brasil

Ainda que alguns acessos a fóruns e eventos fora do Brasil tenham ocorrido por parte de ativistas indígenas antes dos anos 1990, é no início dessa década, mais precisamente com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) realizada na cidade do Rio de Janeiro, que se acelera a confecção de teias transescalares por parte do movimento indígena, desde lá intrinsecamente associadas à questão ambiental. A estrutura de poder refletida na ECO-92 indicara a perspectiva colonial com que tal fórum foi organizado: representantes de Estados e seus governos de ocasião, de algumas empresas transnacionais preocupadas em adaptar a reprodução do capital ao *slogan* do *desenvolvimento sustentável* (adiantando “tendências de mercado” como selos verdes e créditos de carbono) e de certas Organizações Não-Governamentais baseadas no Norte Global (não raro esteias de transmissão de *slogans* de sustentabilidade). Povos das florestas, das águas, das várzeas, dos campos e das periferias urbanas foram meros lócus de referência discursiva, sem entrar pela porta da frente do evento.

Em paralelo, promoveu-se a prática espacial da Cúpula dos Povos, evento alternativo e crítico àquele organizado pela ONU. Sua repercussão influenciou a incorporação de alguns pontos importantes nas discussões oficiais que viriam, como cortes de classe, raça e gênero, ainda que sob uma perspectiva superficial e sempre “adaptativa” à lógica do modelo civilizatório capitalista. Especificamente sobre o movimento indígena, na ocasião da Cúpula dos Povos, lideranças do povo Yanomami (Davi Kopenawa, Geraldo Yano-

mami e Levi Hewakalaxi), cuja Terra Indígena havia sido oficializada no mês anterior, assinaram carta sobre o respeito aos bens e direitos indígenas endereçada a seus parentes de todos os povos (Figura 1).

Figura 1 – Carta Yanomami para os povos indígenas no Brasil na ECO-92.



Fonte: Acervo do Instituto Socioambiental

Lê-se no texto forte apelo dos três Yanomami pela união e organização dos indígenas no Brasil, evidenciando que até aquele momento não existia uma articulação nacional:

Os representantes dos governos, das organizações não governamentais e dos povos indígenas do mundo inteiro vieram na Eco-92 querendo conversar. Infelizmente os povos indígenas não estão conseguindo. Os povos indígenas não estão unidos. Nós Yanomami percebemos que os brancos estão se aproveitando do nosso conhecimento.

Nós Yanomami queremos que os brancos respeitem nosso conhecimento e nossa palavra. Nós também estamos pedindo aos parentes indígenas de se unirem para lutar junto, para defender nossos direitos, nossas terras, nossas culturas, nossas línguas, nossas festas, nossa tradição que é muito antiga. Nós Yanomami acreditamos que a união é a única maneira que temos para sobreviver e viver com respeito.

Nós povos indígenas temos que defender junto nossas florestas, nossos pajés que vivem nos lugares sagrados. Nós queremos ter respeitado o fundo da terra onde moram espíritos perigosos que defendem os Yanomami. Toda a vida do planeta. Nós temos o direito de viver como qualquer um (Davi Kopenawa, Geraldo Yanomami e Levi Hewakalaxi, 1992, p. 1-2).

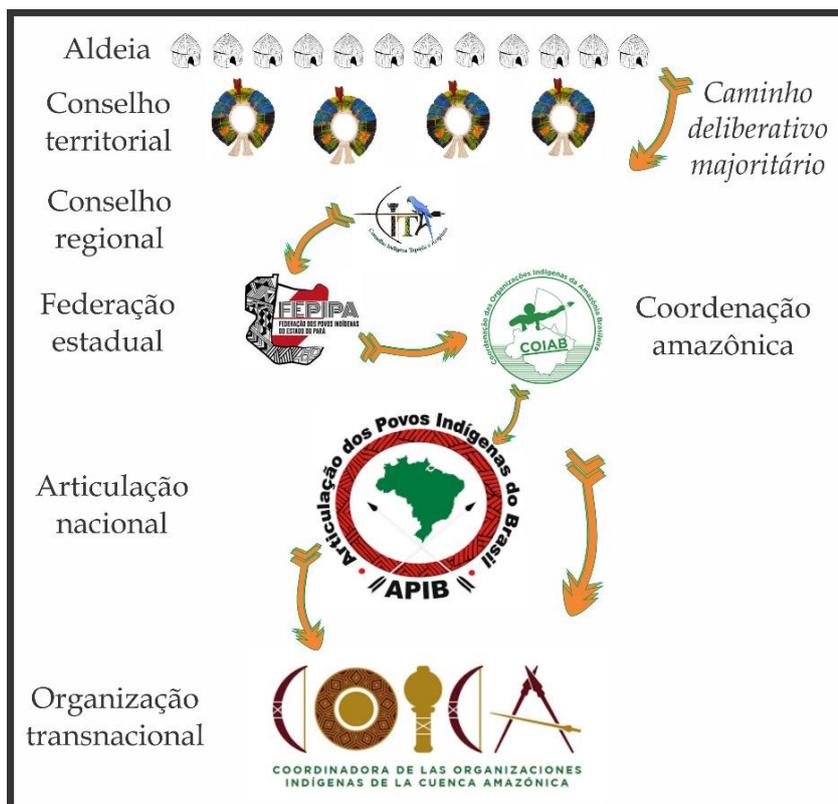
Passada mais de uma década, da necessidade de articulação das organizações indígenas criadas após a Constituição de 1988,³ é fundada, em 2005, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), instância ao mesmo tempo aglutinadora das institucionalidades políticas indígenas no Brasil e articuladora destas com instâncias além-fronteiras estatais, como a própria ONU. No levantamento de dados junto a diversas organizações do movimento indígena constatamos aumento expressivo na transescalaridade dessa luta após a fundação da APIB, sendo as principais participações e intervenções ocorrendo nas Conferências da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP). Antes pincelaremos a organização espacial do movimento indígena no Brasil a partir de onde nossos pés têm pisado, a região do Baixo Tapajós (municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, Pará).

Na perspectiva da transescalaridade temos articulações entre diversas institucionalidades como expressamos na **Figura 2**. Na escala local as aldeias estão organizadas em conselhos como o Conselho Indígena do Planalto (Povo Munduruku), a Associação Indígena Borari de Alter do Chão (Povo Borari), o Conselho Indígena do Povo Kumaruara, entre outros (exemplos situados em Santarém). Estes se articulam via Conselho Indígena Tapajós e Arapiun (CITA), organização de 14 povos do Baixo Tapajós. Por sua vez, o CITA está ligado à Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), à Articulação

³ Até a Constituição Federal de 1988, o indígena era tutelado pelo Estado brasileiro e, assim, não poderia dispor de organizações políticas próprias.

dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e, finalmente, à *Cordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica* (COICA), esta última articulando 511 povos de 9 países da Bacia Amazônica. Ressaltamos que a própria COIAB mantém relações diretas com a COICA, não sendo propriamente uma rígida hierarquia seguindo saltos escalares unidirecionais.

Figura 2 – Esquema das organizações do movimento indígena a partir do Baixo Tapajós.

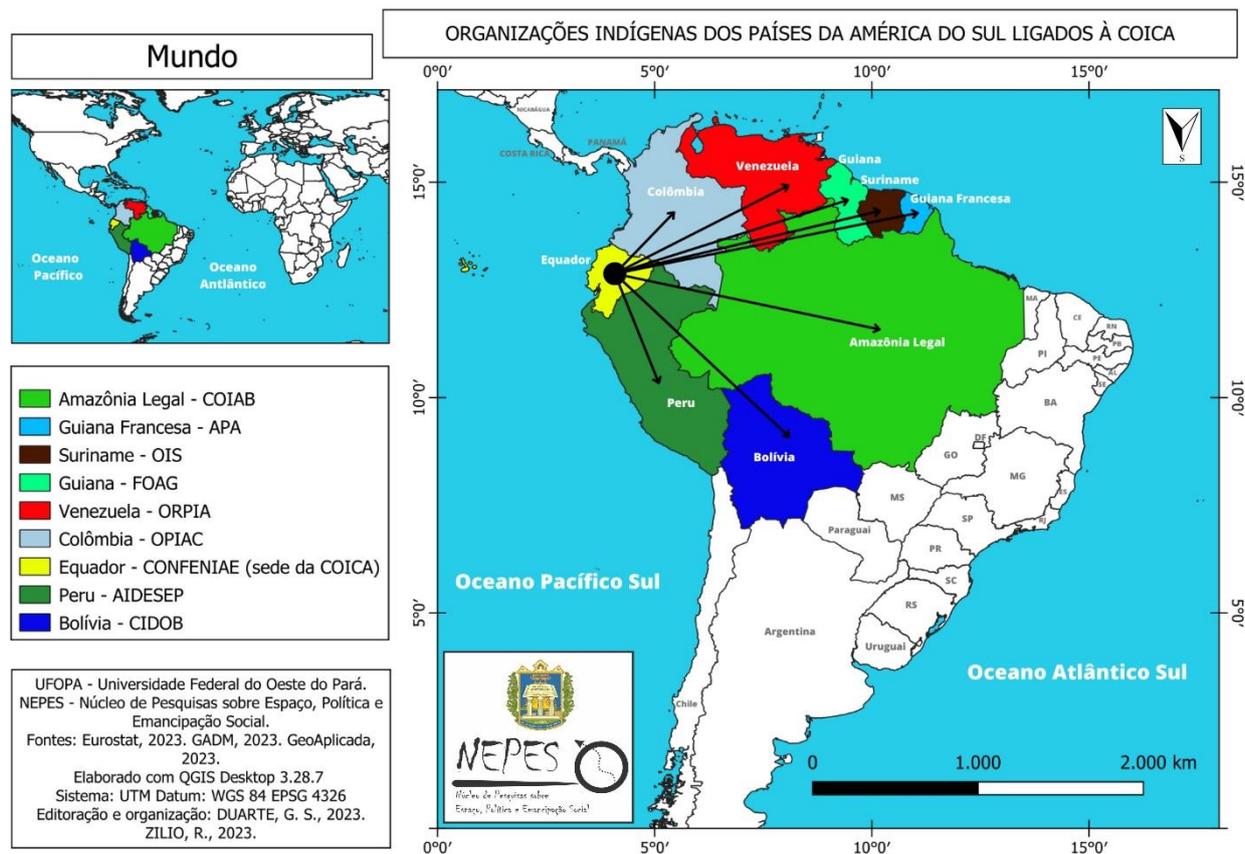


Fonte: Elaboração própria, 2023.

O trânsito de ativistas desde o Baixo Tapajós até instâncias em escala “nacional” diretamente acessadas via APIB, como as edições do Acampamento Terra Livre em Brasília, não será objeto de análise mais profunda pois almejamos demonstrar a política de escalas realizada pelo movimento indígena em escala transestatal.

A organização imediata de articulação indígena transestatal é a COICA, cujo alcance espacial pode ser aferido no **Mapa 1**, ainda que esteja circunscrita à Bacia Amazônica. Nas escalas sul-americana ou latino-americana existem outras organizações indígenas articulando ativistas de diferentes países além da COICA, como o Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA).

Mapa 1 – Abrangência espacial das organizações indígenas ligadas à COICA.



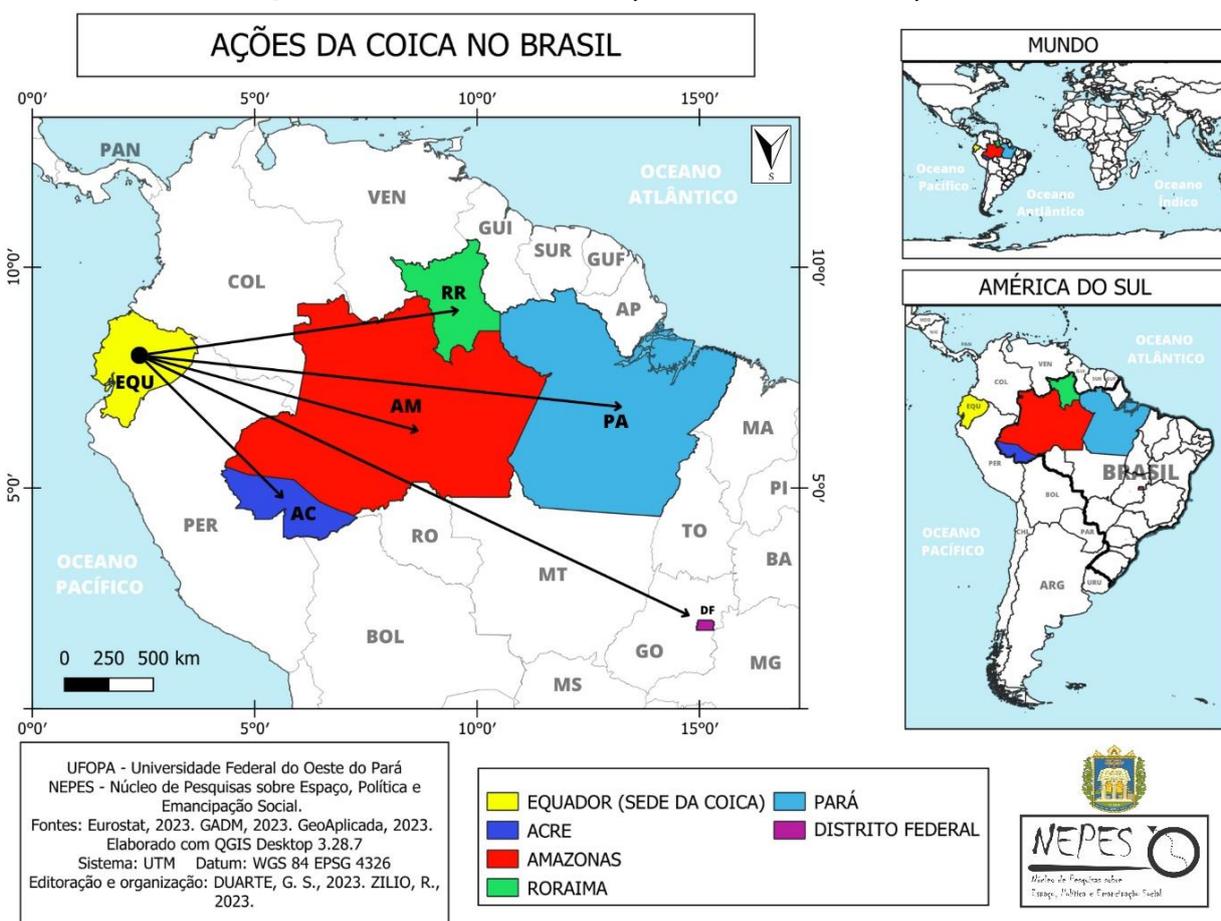
Fonte: Elaboração própria, 2023.

Verifica-se no **Mapa 2** a predominância de ações da COICA nas Unidades da Federação brasileiras na Amazônia Legal, com exceção de Rondônia, Amapá, Maranhão e Mato Grosso.

A transescalaridade da articulação do movimento indígena se expressa, além de diversos outros elementos, no trânsito de ativistas em escala transestatal até o chamado Norte Global. Em dados coletados sobre a participação de ativistas brasileiros, incluindo

os baseados no Baixo Tapajós, constatamos uma intensificação da presença indígena em fóruns como os promovidos pela Organização das Nações Unidas, a exemplo das Conferências do Clima. O retorno dessa participação e da publicização “internacional” da luta indígena para as ações nos *territórios ancestrais*⁴ apresenta-se de diferentes maneiras, mas desde já constatamos o aumento de interesse de organizações estrangeiras na demarcação de Terras Indígenas.

Mapa 2 – Unidades da Federação brasileiras com ações da COICA.



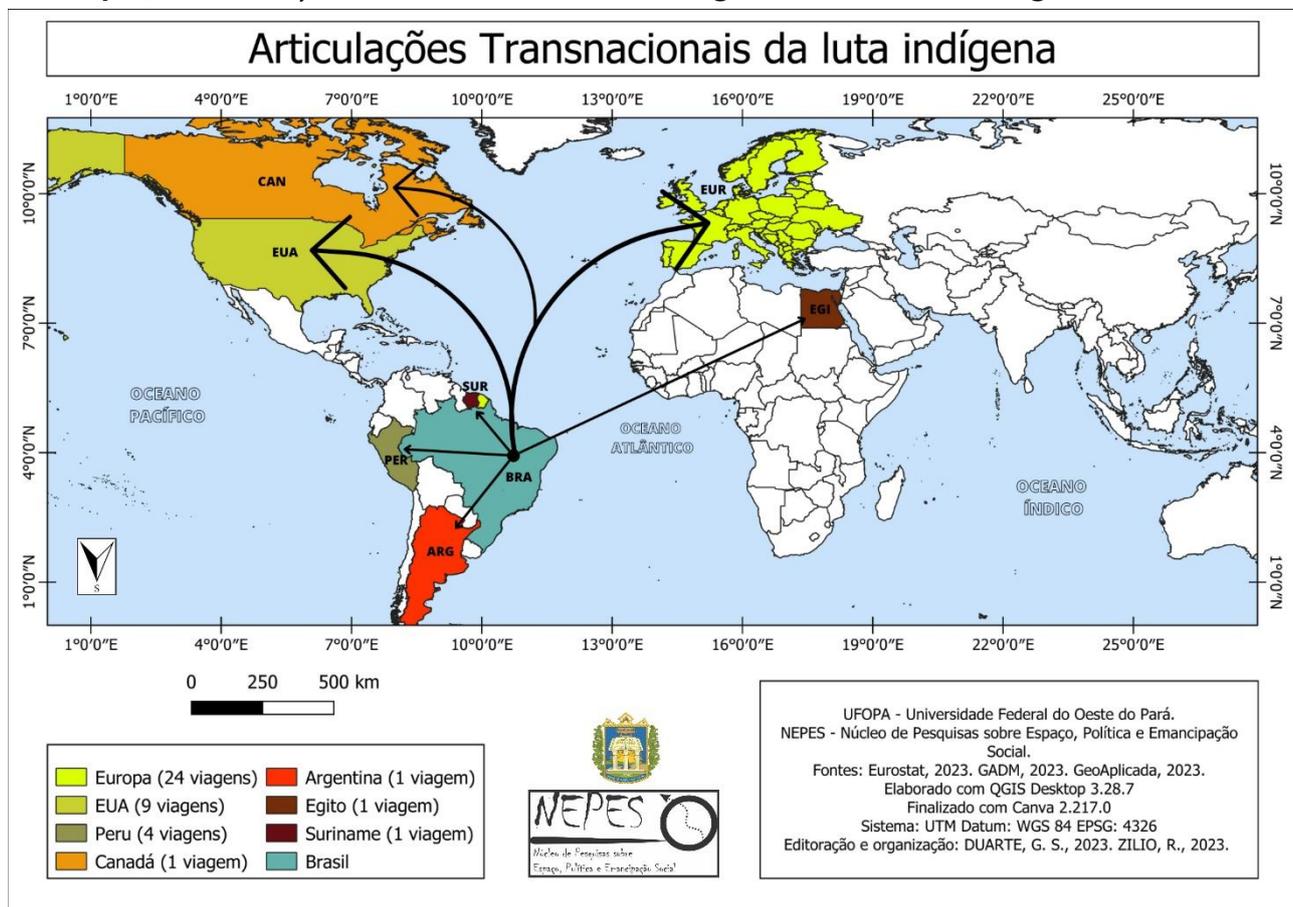
Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nessa política de escalas realizada pelo movimento indígena aferimos o componente ambiental como central em sua articulação “internacional”: as alterações

⁴ Baseamos a conceituação de território ancestral em Kopenawa e Albert (2015), Krenak (2022), Zilio (2022) e Mondardo (2023).

climáticas, os “selos verdes”, um agronegócio “sustentável”, o “mercado de carbono” e a exportação de produtos que mantém a floresta “em pé” são pautas frequentes em tais fóruns. Debates e proposições sobre saídas para a crise ambiental e civilizatória planetária crescentemente tem tido os povos indígenas como protagonistas e, como consta em palavras de ordem do movimento e também é título de recente obra de Ailton Krenak (2022), “o futuro é ancestral”. O **Mapa 3** demonstra o quantitativo de viagens de ativistas enviados das organizações APIB, COIAB e CIMi (Conselho Indígena Missionário) para a participação em fóruns “internacionais”.

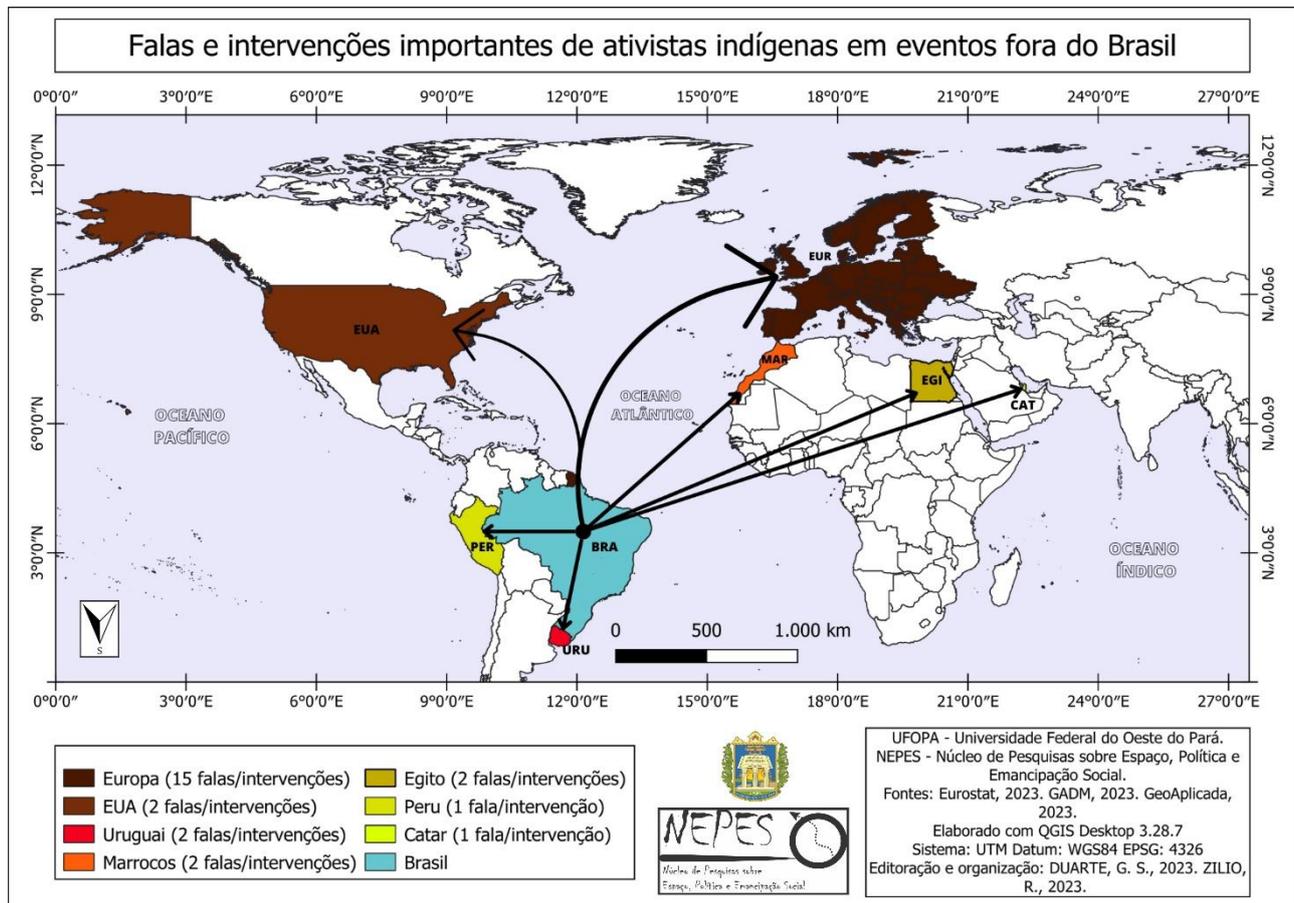
Mapa 3 – Articulações transnacionais da luta indígena em número de viagens relevantes.



Fonte: elaboração própria.

Destacam-se algumas falas e intervenções importantes de ativistas indígenas brasileiros em eventos fora do Brasil no recorte temporal janeiro de 2004 a julho de 2023, cujas localizações são espacializadas no **Mapa 4**.

Mapa 4 – Falas e intervenções importantes de ativistas indígenas fora do Brasil.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Em ambos os **Mapas 3 e 4**, e, também, no **Mapa 5** na próxima seção, nota-se a concentração de viagens e realização de fóruns na Europa, demonstrando que naquele continente a abertura de “espaços” para indígenas do Brasil tem sido frequente, ainda que não necessariamente num contexto de eventos efetivamente anticoloniais ou emancipatórios.

Além das participações nas edições da COP destacamos o envio, em agosto de 2021, de uma denúncia protocolada no Tribunal Penal Internacional de Haia (Holanda)

realizada pela APIB contra o ex-presidente Jair Bolsonaro por crimes contra a humanidade e genocídio no contexto da Pandemia de Covid-19, a qual foi apensado, em janeiro de 2023, documento com informações detalhadas sobre a situação calamitosa do povo Yanomami no estado de Roraima. Outro destaque é a publicação da Carta Encíclica “*Laudato Si: sobre o cuidado com a casa comum*” pelo Papa Francisco em 2015, a partir da articulação com diversas organizações e ativistas indígenas do Brasil, notadamente baseados no Baixo Tapajós, a exemplo da conversa realizada no Vaticano com Cacique Dadá e Poró Borari, ambos da Terra Indígena Maró, situada em Santarém.

Como movimento dialético da realidade, o “retorno” ou a retroalimentação da luta nos territórios ancestrais diante da política de escalas se dá de maneira ambígua. Primeiro, destacamos a elaboração dos Protocolos de Consulta e Consentimento baseados na Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais 169/1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Estado brasileiro é signatário. Ao menos 21 Protocolos de Consulta existem atualmente para territórios indígenas na Amazônia segundo dados da Rede de Cooperação Amazônica (RCA). Ainda que essa manifestação do poder explícito esteja posta há anos,⁵ as relações de poder estruturantes da sociedade demonstram uma realidade muito mais complexa do que simples respeito pela existência dos Protocolos por parte do Estado e dos grandes agentes da territorialização do capital.

Outro reflexo da retroalimentação das lutas nos territórios ancestrais é o financiamento de organizações indígenas, ao menos aquelas situadas na Amazônia brasileira. Apesar de não dispormos de dados oficiais sobre recursos financeiros subsidiando as organizações, alguns ativistas interlocutores de nossa investigação relatam crescente aumento do financiamento estrangeiro indireto oriundo de fundos internacionais (como o Fundo Amazônia) e de mecanismos compensatórios previstos em lei, e de maneira direta a partir de Organizações Não-Governamentais com sede no Norte Global, fazendo com que o financiamento privado ou estatal estrangeiro aumentasse em relação ao estatal

⁵ Sobre poder explícito, consultar Castoriadis (1992).

brasileiro. Sobre isso, o trecho de entrevista realizada com um importante ativista indígena do Baixo Tapajós é emblemático:

Eu tenho muita crítica a essa questão do financiamento porque na verdade a maior parte desse dinheiro é de compensação, compensação florestal, compensação da soja. E, por exemplo, esse Fundo da Amazônia que a Noruega passa para cá né! Antes esses fundos vinham para o governo, e era bem difícil chegar na ponta, então com a eleição do Bolsonaro eles deixaram de passar pro governo, e acabaram passando para as organizações indígenas mesmo gerirem os recursos. E com a Pandemia isso aumentou bastante né, essa questão do financiamento e do apoio. E, eu até falo assim, foi graças à Pandemia que as organizações indígenas se levantaram. Hoje o CITA tem sede, a própria COIAB se estruturou, a FEPIPA em Belém também se estruturou. E hoje tem apoiador próprio, não precisa ficar fazendo projeto. Acabou o recurso, já vem de novo, só prestar conta, já vem de novo (D., depoimento coletado em 09/03/2023).

Por fim temos diversas visitas de representantes do parlamento europeu a organizações e territórios indígenas pela Amazônia, especialmente no Baixo Tapajós. A mais recente ocorreu em junho de 2023 com a vinda de uma frente parlamentar europeia a Santarém e diálogo com o Conselho Indígena Tapajós e Arapiun em sua sede própria sobre a importância da demarcação de Terras Indígenas e a produção extrativista da região, que seguiria preceitos de “sustentabilidade” vistos com bons olhos por um consumidor europeu médio (o chamado “consumo consciente”). Na ocasião, a coordenadora do CITA Auricelia Arapiun destacou a importância da sensibilização e publicização da luta pela demarcação de terras e contra a tese do Marco Temporal, em trâmite tanto no Supremo Tribunal Federal quanto no Congresso Nacional. Diante do exposto nessa seção notamos que pautar a questão ambiental não é mera característica do movimento indígena – é basilar e catalisadora de sua transescalaridade.

3. A questão ambiental como catalisadora da transescalaridade do movimento indígena nos limites do atual modelo civilizatório

A partir de levantamento e sistematização de dados sobre falas e intervenções importantes de ativistas indígenas em eventos fora do Brasil, espacializadas no Mapa 4, constatamos uma indissociabilidade entre a questão indígena e a questão ambiental. Os trechos selecionados do **Quadro 2** demonstram tal regularidade.

Quadro 2 – Trechos selecionados de falas de ativistas indígenas em eventos fora do Brasil.

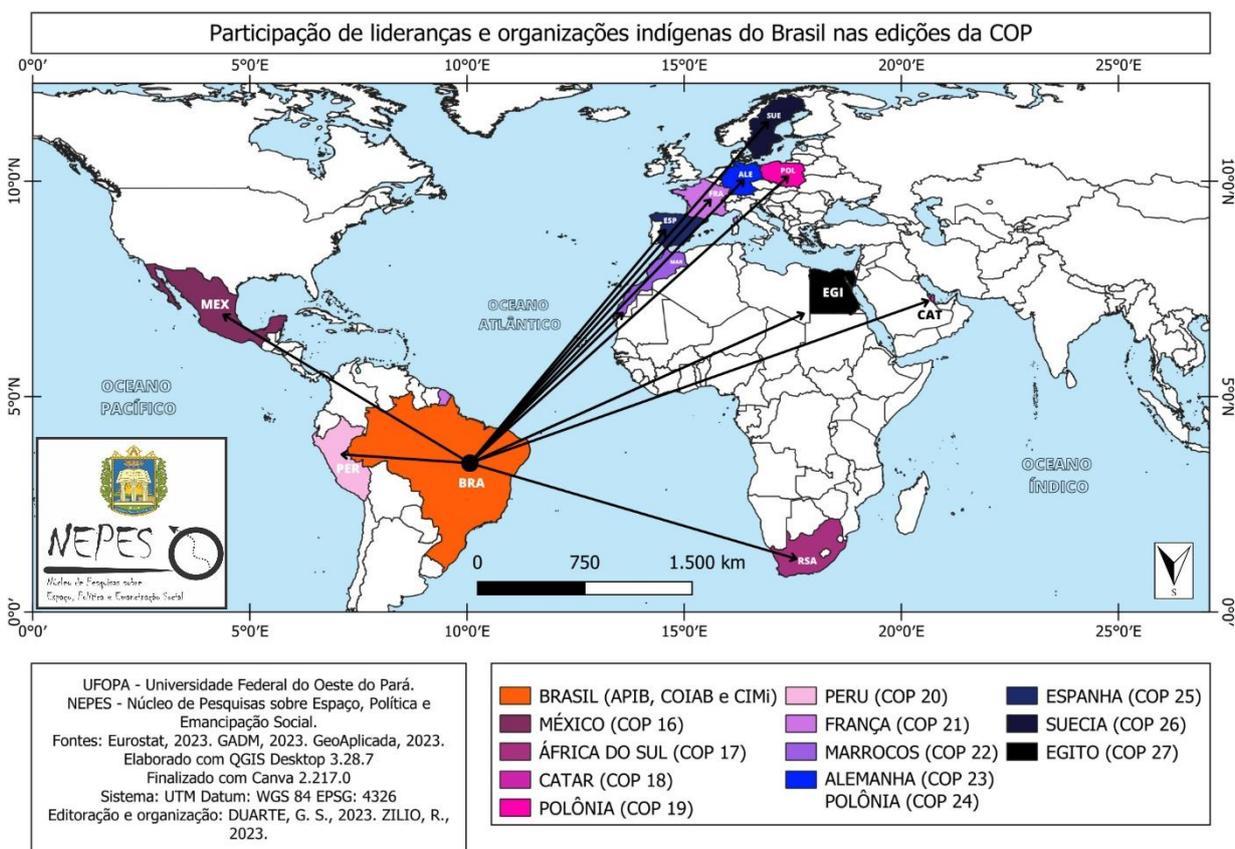
Evento	Ativista	Trecho
COP21, Paris (França), 2015	Dani Kopenawa, xamã Yanomami	“O clima está mudando. O aquecimento global, como vocês o chamam. Nós o chamamos de <i>Motokari</i> . Está trazendo doenças aos pulmões da Terra. Então precisamos respeitar este mundo, é preciso colocar o pé no freio, não podemos continuar destruindo a natureza, a terra, os rios. Vocês não podem continuar a matar-nos, os índios na floresta. Nós índios sabemos cuidar da nossa floresta”.
COP23, Bonn (Alemanha), 2017	Cacique Raoni	“Se continuarem desmatando a floresta e destruindo a água o calor vai continuar aumentando e a humanidade corre risco de vida. Mas por que esse calor? Porque os rios estão secando eu pergunto a vocês. No Brasil o meu povo ancestral foi o primeiro que habitou aquela terra e depois o homem branco chegou e agora estamos assim”.
COP24, Katowice (Polônia), 2018	Nara Baré, coordenadora da COIAB	“Quando se constroem usinas ou obras de infraestrutura que afetam os povos e seus territórios, muitas vezes elas são feitas com equipamentos e tecnologias de empresas europeias (...) Apesar de sempre participarmos de eventos internacionais grandes como este, as companhias continuam a financiar esses desastres no Brasil”.
COP26, Glasgow (Reino Unido), 2021	Sonia Guajajara, à época coordenadora da APIB	“82% da biodiversidade no mundo está dentro de territórios indígenas. É por isso que não estamos aqui, para dizer que esses territórios têm que continuar sendo protegidos. E para isso, é necessário proteger a vida dos povos indígenas”.
COP27, Sharm el Sheikh (Egito), 2022	Célia Xakriabá, Educadora	“Nós não somos nem 1% da população brasileira, e nem 5% da população mundial, mas protegemos em torno de 80% da biodiversidade do planeta (...) entender a demarcação é entender que, comprovadamente onde tem território demarcado, tem floresta de pé”.

Fonte: Elaboração do autor, 2023.

Nossa investigação demonstra que a questão ambiental é catalisadora da transescalaridade do movimento indígena desde o Brasil. Se no plano conceitual não é possível dissociar ambiente e território ancestral quando lidamos com a espacialidade dos povos

originários, tampouco na materialidade dos dados a mobilidade escalar da luta indígena encontra-se separada de pautas ambientais. A participação em várias edições da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, com cada vez maior destaque para a questão indígena, é reflexo disso. Ao menos desde 2010, na COP-16 no México, as principais organizações do movimento indígena no Brasil se fazem presentes, conforme espacializado no **Mapa 5**.

Mapa 5 – Participação de lideranças e organizações indígenas do Brasil nas COP.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nas duas últimas edições da COP em 2021 e 2022 (26 e 27, no Reino Unido e no Egito, respectivamente) houve destaque para a participação de mulheres indígenas brasileiras, notadamente na abertura do evento de 2021, conforme ilustrado no **Mosaico de Fotos 1**.

Em junho de 2023 é anunciada oficialmente a primeira edição de uma Conferência do Clima da ONU no Brasil, a COP 30 em Belém, a ser realizada em 2025. Por um lado, inúmeras lideranças globais debatendo a questão ambiental em uma das regiões de maior diversidade biológica, cultural e epistêmica do planeta, a Amazônia centro do mundo (Brum, 2021), revela a centralidade de nossa região na atual encruzilhada civilizatória e proporciona destaque a determinadas lideranças e experiências de luta amazônicas. Por outro, como já mencionamos, a perspectiva liberal-adaptativa pautada em noções vagas como “sustentabilidade” que tangenciam as raízes éticas, filosóficas e epistêmico-políticas do problema do modelo civilizatório capitalista, corrente nas COP, nos faz rebaixar expectativas por embates profundamente críticos e emancipatórios.

Mosaico de Fotos 1 – Fotos da participação de ativistas indígenas em eventos da COP. a) Txai Suruí abre a COP26 em Glasgow, Reino Unido (2021); b) Ativistas indígenas brasileiras na COP27 em Sharm el-Sheikh, Egito (2022).



Fontes: a) Karwai Tang/ UK Government; b) Lucia Muzell/ RFI. Organização do autor.

O próprio governo do Pará, na figura de Helder Barbalho (MDB), é um dos propositores do evento ao mesmo tempo em que se reúne e promete apoio a atividades ligadas ao agronegócio da soja e à mineração. Sobre tal postura ambígua, associada à entrada de lideranças indígenas na estrutura do aparelho de Estado (governos estadual e federal), um de nossos interlocutores no movimento indígena coloca:

Eu tenho essa perspectiva que vai ter também e não só essas demarcações, mas a criação de outras políticas voltadas pros povos indígenas. Me preocupa muito também, porque a maior parte das lideranças que estavam no movimento, hoje estão no governo. Eu, por exemplo, ainda não entendi essa do nosso governador, aqui do estado, que quer sediar a COP 30 aqui, mas quer passar a responsabilidade do garimpo pros municípios, para tirar o dele da reta, né! E agora vai se reunir com o pessoal da soja, e enfim, é uma confusão, né! (D., depoimento coletado em 09/03/2023).

Para não nos atermos a um presente descontextualizado de seu conteúdo histórico observamos alguns desafios da transescalaridade do movimento indígena através de três momentos relacionando a questão ambiental com a questão indígena no âmbito dos fóruns globais, principalmente aqueles promovidos pela ONU. Num primeiro momento, com o advento do movimento ambientalista ou ecológico (décadas de 1960 a 1980), a questão ambiental era tida como problema do “meio ambiente”, muitas vezes sem humanidade, corroborando com o mito da natureza intocada (Diegues, 1994) no qual a questão indígena era sumariamente invisibilizada. Num segundo momento, durante a década de 1990, a questão indígena começa a atravessar cada vez mais as discussões ambientais nos grandes fóruns globais, ainda que indígenas estivessem muitas vezes de fora desses eventos. Contemporaneamente temos o terceiro momento sob um panorama liberal-adaptativo: há reconhecimento de que a demarcação de Terras Indígenas é importante para a preservação ambiental, porém numa lógica sob a égide da forma-mercadoria – mercado de créditos de carbono, bioeconomia etc., ou seja, tentativas de adaptação a um capitalismo “verde” com a ajuda de determinadas Organizações Não-Governamentais, financiamento privado de organizações indígenas e direcionamentos para fazer com que a geopolítica promovida pelos povos indígenas se torne uma “geopolítica verde” (Agnew, 2002) que distancia a luta contra o modelo civilizatório capitalista e sua fratura metabólica, arrefecendo o caráter anticolonial.

O movimento indígena, como qualquer movimento social, é diverso e apresenta linhas políticas concorrentes e mesmo antagônicas em seu interior, mas uma perspectiva anticolonial permeia as principais perspectivas filosóficas e teóricas que embalam a luta

pelos territórios ancestrais. Diante da constituição da moderno-colonialidade (Quijano, 2005; Porto-Gonçalves, 2006), a geopolítica promovida pelos povos indígenas é estruturalmente anticolonial, ainda que determinadas táticas ou posturas de ativistas, tomadas de forma isolada, possam parecer social-liberais e em conformidade com o modelo civilizatório que tenta aniquilá-los há séculos. Precisamos considerar o processo histórico de *longa duração* (Braudel, 1965) ao afirmar que os povos originários, estando entre os *condenados da Terra* (Fanon, 2022), quando se movimentam, abalam a estrutura de poder da moderno-colonialidade. Ao tomar a questão ambiental, entendida rapidamente pela relação entre a sociedade humana e a natureza não humana em suas múltiplas acepções materiais e imateriais, como indissociada da questão da demarcação de Terras Indígenas, o movimento indígena produz “fendas no muro” do mundo moderno-colonial e tenta romper com a *dupla fratura da modernidade* (Ferdinand, 2022)

Para Malcom Ferdinand, a modernidade opera uma dupla fratura: ambiental e colonial. A fratura ambiental separa planeta/natureza e ser humano na esteira da matriz de racionalidade greco-ocidental refletida no nascedouro da ciência moderna a serviço, em grande medida, do colonialismo; já a fratura colonial separa o homem branco europeu do “resto”, ou seja, toda a diversidade sócio-espacial humana:

A fratura colonial separa os humanos e os espaços geográficos da Terra entre colonizadores europeus e colonizados não europeus, entre Brancos e não Brancos, entre cristãos e não cristãos, entre senhores e escravos, entre metrópoles e colônias, entre países do Norte e países do Sul (Ferdinand, 2022, p. 26).

O autor se apoia na ideia de inseparabilidade entre colonialismo/colonialidade e ecologia ao analisar, a partir do *porão do navio da modernidade*, que a estruturação do mundo moderno é raiz da *tempestade ecológica* na qual estamos:

Seria possível a um empreendimento global que, do século XV ao XX, se baseou na exploração de humanos e não humanos, na dizimação de milhões de indígenas das Américas, da África, da Ásia e da Oceania, no de-

senraizamento forçado de milhões de africanos e em escravidões multisseculares não ter hoje nenhuma relação material ou filosófica com o pensamento ecológico? (Ferdinand, 2022, p. 30).

A perspectiva cosmológica e filosófica de Ferdinand se aproxima da filosofia originária em parte registrada nas obras de Ailton Krenak, Davi Kopenawa, entre outros/as. Os sentidos de apropriação social da natureza e da construção e manutenção da autonomia perpassam a luta do movimento indígena e retroalimentam as reflexões das/os lutas/lutadoras/es e intelectuais originárias. Assim como um de nossos interlocutores no movimento indígena nos disse que “o Estado é nosso inimigo”, o modelo civilizatório capitalista (modo de produção + captura de subjetividades) também é alvo das palavras-*borari*⁶ de Krenak:

Isso que as ciências política e econômica chamam de capitalismo teve metástase, ocupou o planeta inteiro e se infiltrou na vida de maneira incontrolável. Se quisermos, após essa pandemia, reconfigurar o mundo com essa mesma matriz, é claro que o que estamos vivendo é uma crise, no sentido de um erro. Mas, se enxergarmos que estamos passando por uma transformação, precisaremos admitir que nosso sonho coletivo de mundo e a inserção da humanidade na biosfera terão que se dar de outra maneira. Nós podemos habitar este planeta, mas deverá ser de outro jeito. Senão, seria como se alguém quisesse ir ao pico do Himalaia, mas pretendesse levar junto sua casa, a geladeira, o cachorro, o papagaio, a bicicleta. Com uma bagagem dessas ele nunca vai chegar. Vamos ter que nos reconfigurar radicalmente para estarmos aqui (Krenak, 2020, p. 44-45).

Os limites da pauta ambiental sob o modelo civilizatório capitalista estão, pois, na perpetuação da periferização, da dependência e da moderno-colonialidade sob o julgo do social-liberalismo – as estruturas de poder se perpetuam na continuação do esmagamento ou na tentativa de enquadramento de epistemes que gritam uma concepção de espaço enquanto esfera da multiplicidade (Massey, 2008) e de tempo multilinear (ou não-linear), e se assentam em uma espacialidade/temporalidade originária de Abya Yala que

⁶ As matriarcas do povo Borari, cujo território ancestral é onde o povo da mercadoria chama de Alter-do-Chão (principal localidade turística de Santarém), nos contam que *borari* significa *flecha envenenada*.

chamamos de geoequívoco terra-território-memória-ancestralidade (Zilio, 2022), como brilhantemente sintetizou Porto-Gonçalves (2006b, p. 42):

Para promover essa desprovincianização e o reconhecimento de novos lugares de enunciação é preciso trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar. A visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades que conformam o mundo simultaneamente. Sucessão e simultaneidade, sucessões simultâneas, eis o espaço-tempo. O mundo não tem um *relógio* único.

A geopolítica anticolonial abriga não somente concepções de espaço e tempo diferentes das colocadas pela moderno-colonialidade como também aponta para outras maneiras de apropriação social da natureza não humana, um outro habitar a Terra que não o *habitar colonial* (Ferdinand, 2022) – esse habitar colonial que produz as *zonas de não ser* em oposição às *zonas de ser* cuja imposição do Estado e sua colonialidade estão no âmago do problema (Fanon, 2022). Por isso consideramos que quando os subalternizados (aqueles colocados no porão do navio da modernidade, cujas espacialidades, temporalidades e epistêmes são sistematicamente exterminadas) se movimentam via estratégias e táticas espaciais multiescalares com objetivos políticos, estão fazendo geopolítica anticolonial. Especificamente sobre os povos originários, ao colocarem a questão ambiental como central para a luta pelos territórios ancestrais, estão promovendo uma “*ecogeopolítica indígena*”⁷. Sendo assim, essa geopolítica anticolonial (incluída aí, redundante e necessariamente, o rompimento com o modelo civilizatório capitalista), operando contra a dupla fratura da modernidade, é aquela promovida pelos condenados da Terra.

Finalizando

Este artigo demonstrou que é preciso alargar a concepção de geopolítica para dar conta do movimento da realidade. Se ao longo de muitas décadas o pensamento

⁷ Alusão à expressão *ecogeopolítica urbana* cunhada por Souza (2015 e 2019).

geopolítico foi atrelado ao aparelho de Estado, sua guerra e sua diplomacia, diversos agentes subalternizados pela moderno-colonialidade cada vez mais se levantam e tecem redes transescalares para suas lutas, a exemplo do movimento indígena. Ao evidenciarem estratégias e táticas espaciais multiescalares com objetivos políticos, constroem sua geopolítica, uma geopolítica promovida pelos “de baixo”, paralela e mesmo antagônica ao Estado moderno. O levantamento bibliográfico crítico sobre geopolítica possibilitou a identificação de duas perspectivas, a estadocêntrica e a estadocrítica, esta última onde a geopolítica anticolonial se insere.

A política de escalas do movimento indígena desde o Brasil com o destacado papel de ativistas baseados no Baixo Tapajós nos mostra, na escala América do Sul, as articulações transestatais via COICA e, na escala mundial, a concentração de fóruns baseados na Europa. A participação de ativistas indígenas brasileiros com falas e intervenções importantes principalmente nas Conferências do Clima da ONU destacam a íntima associação entre a questão ambiental e a luta pela demarcação de Terras Indígenas. Na dialética da política de escalas, tais participações e publicizações das pautas indígenas retroalimentam a luta pelos territórios ancestrais na pressão sobre o Estado brasileiro e no financiamento de organizações indígenas.

A partir do entendimento da questão ambiental como questão ética, filosófica e política (Porto-Gonçalves, 2006a), notamos os caminhos escorregadios percorridos pelo movimento indígena em contextos nos quais impera a ideologia social-liberal da “sustentabilidade”, da bioeconomia e do capitalismo “verde”. Mesmo assim, não podemos deixar de considerar que a geopolítica anticolonial promovida pelos povos indígenas opera contra a dupla fratura da modernidade (colonial e ambiental) pois, ao movimentar-se, abalam a estrutura de poder da moderno-colonialidade, incluindo aí o questionamento do problema ambiental como tópico meramente técnico e de conscientização de indivíduos.

A ecogeopolítica indígena é uma das dimensões da movimentação originária desde Abya Yala para romper os cercos do mundo moderno-colonial e evidencia a ontologia do

ser humano enquanto ser geográfico. A Geografia como *campo do conhecimento humano* e mobilizada pelos povos indígenas produz uma geopolítica anticolonial. A Geografia como *ciência* descoloniza e reconstrói seus conceitos, teorias e metodologias e mestiça sua epistemologia para servir como ferramenta de luta.

Agradecimentos

Este artigo é dedicado à memória de Carlos Walter Porto-Gonçalves, que partiu durante a escrita destas palavras.

Agradeço ao estudante de Geografia Gabriel da Silva Duarte pela parceria na coleta e sistematização de dados e na confecção de mapas que tornaram possível o presente texto.

Referências

- AGNEW, John. **Making Political Geography**. Londres: Hodder Education, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.
- BACKHEUSER, Everardo. **A estrutura política do Brasil**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia., 1926.
- BACKHEUSER, Everardo. **Problemas do Brasil – estrutura geopolítica**. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.
- BACKHEUSER, Everardo. **A geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
- BECKER, Bertha. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, nº 2, pp. 99-125, 1988.

- BECKER, Bertha. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização? **Boletim Goiano de Geografia**, v. 30, nº 1, pp. 13-33, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, nº 62, pp. 261-294, 1965.
- BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: **As encruzilhadas do labirinto III – O mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (1990).
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1946.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.
- CIGOLINI, Adilar Antonio. Ocupação do território e a geopolítica da criação de municípios no período colonial brasileiro. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 38, pp. 53-72, 2012.
- COHEN, Saul. **Geography and Politics in a World Divided**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1973.
- CORBRIDGE, Stuart. Maximizing entropy? New geopolitical orders and the internationalization of business. In: DEMKO, George; WOOD, William (orgs.). **Reordering the World: Geopolitical Perspectives on the Twenty-first Century**. Boulder: Westview Press, 1994.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1967.

- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 (1961).
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- GIRAULT, Christian. Dimensão geopolítica das integrações regionais. **Mercator**, v.9, nº 19, pp. 7-17, 2010.
- GIUDICE, Dante Severo; TOLEDO JUNIOR, Rubens de. A importância das redes na geopolítica brasileira. **Mercator**, v. 6, nº 11, pp. 17-22, 2007.
- GOTTMANN, Jean. La Politique des Etats et leur Géographie. **Revue Française de Science Politique**, v. 2, nº 6, pp. 831-833, 1952.
- GOTTMANN, Jean. **Megalopolis**. Nova Iorque: Twentieth Century Fund, 1961.
- GREGORY, Derek *et al.* (orgs.). **The Dictionary of Human Geography**. 5ª ed. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.
- HAUSHOFER, Karl. Geopolitik der Selbstbestimmung. In: **Zeitschrift für Geopolitik**. 1923.
- HAUSHOFER, Karl. Der Kontinentalblock. In: **Zeitschrift für Geopolitik**. 1941.
- HORTA, Celio Augusto da Cunha. Geografia política e geopolítica: velhas e novas convergências. **Geographia**, v.10, nº 15, pp. 51-69, 2006.
- KISSINGER, Henry. **World Order**. Londres: Penguin Books, 2014.
- KJELLEN, Rudolf. 1899. Studier Öfver Sveriges Politiska Gränser. **Ymer**, v. 3, pp. 283-331, 1899.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988 (1976).
- LEITNER, Helga. The politics of scale and networks of spatial connectivity: transnational interurban networks and the rescaling of political governance in Europe. In: SHEPPARD, Eric; MCMASTER, Robert (orgs.). **Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society and Method**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 236-255.
- MACKINDER, Halford. The geographical pivot of history. In: **The Geographical Journal**, v. 23, nº 4, Londres, 1904.
- MARSTON, Sallie. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v. 4, nº 24, pp. 219-242, 2000.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil, geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- NIJMAN, Jan. The limits of superpower: the United States and the Soviet Union since World War II. **Annals of the Association of American Geographers**, nº 82, pp. 681-695, 1992.
- O'LOUGHLIN, John. Spatial models of international conflict: extending current theories of war behavior. **Annals of the Association of American Geographers**, nº 76, pp. 63-80, 1986.
- Ó TUATHAIL, Gearóid. **Critical Geopolitics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- Ó TUATHAIL, Gearóid; AGNEW, John. Geopolitics and discourse: practical geopolitical reasoning in American Foreign Policy. **Political Geography Quarterly**, nº 11, pp. 190-204, 1992.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **Geographia**, nº 16, pp. 41-55, 2006b.

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RECLUS, Élisée. **El Hombre y la Tierra.** 6 tomos. Barcelona: Escuela Moderna, 1906-1909 (1905-1908).
- SPYKMAN, Nicholas. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power.** Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 80, pp. 71-114, 2008.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado.** São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-707
- MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. **Esperando os bárbaros: geopolíticas da segurança no Brasil do século XXI.** Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- RADOMSKY, Guilherme. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 75, nº 26, pp. 149-162, 2011.
- SODRÉ, Nelson Weneck. **Introdução à Geografia: Geografia e ideologia.** 5ªed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O lugar das pessoas nas agendas “verde”, “marrom” e “azul”: sobre a dimensão geopolítica da política ambiental urbana. In: **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 223-246.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938.

VESENTINI, José William. O apogeu e o declínio da geopolítica. **Revista do Departamento de Geografia USP**, nº 11, pp. 19-28, 1997.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2000

ZILIO, Rafael. Práticas espaciais insurgentes do movimento indígena no Brasil diante da ofensiva jurídico-legal contemporânea. In: **Ateliê Geográfico**. V. 16, nº 3, pp. 305-322. Goiânia: UFG, 2022.

Rafael Zilio é professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, Santarém) e coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social (NEPES). **E-mail:** rafael.zilio@yahoo.com.br

Artigo enviado em 09/09/2023 e aprovado em 18/11/2023.